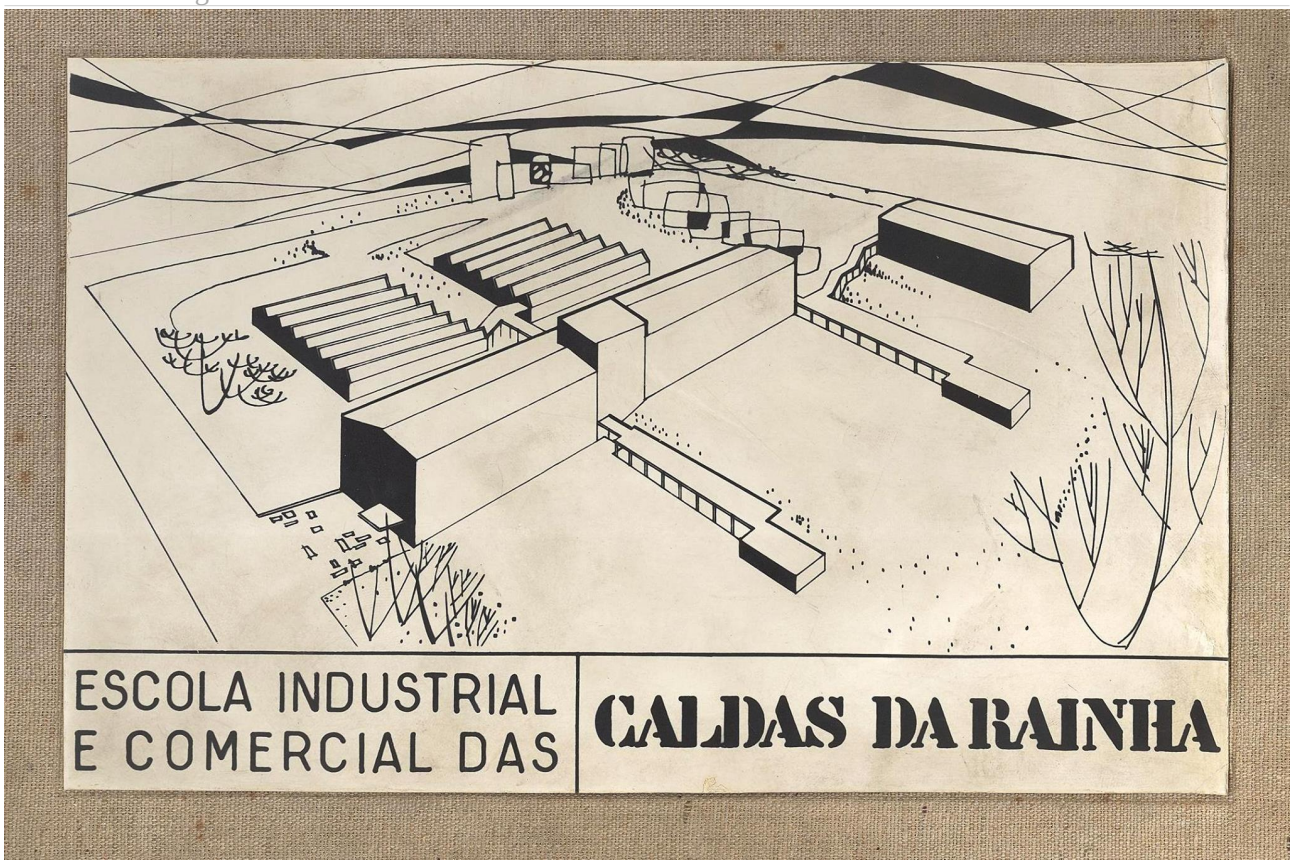
A nossa homenagem aos 130 anos da Escola Rafael Bordalo Pinheiro

Image not found or type unknown

A nossa homenagem aos 130 anos da Escola Rafael Bordalo Pinheiro.
Para a construção da nossa memória futura comum.
Em 1992, por ação direta do Professor Luís Sá Lopes e da Professora Fernanda Tonelo, a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro acolheu o nosso CFAE, passando, a partir de então, a partilhar o mesmo espaço, os seus recursos e parte da sua cultura organizacional.
Hoje, com a nossa Missão e área de abrangência alargadas, podemos dizer que também nós fazemos parte da sua História, a nossa História.
Eis a nossa homenagem, constituída por uma imagem(Arquivo Património Museológico da Educação), referente ao projeto de arquitectura dos anos 50 do século passado, e um pequeno texto que descreve a linha do seu riquissimo percurso histórico-cronológico.Parabéns.



História

"Remonta a 1853 o interesse em dotar Caldas da Rainha com uma escola de desenho industrial vocacionada para a cerâmica e decoração, mas essa intenção só foi formalizada em 1884 através de um diploma de António Augusto de Aguiar que criava, no país, várias escolas de desenho industrial. A Escola de Desenho Industrial Rainha Dona Leonor, designação que lhe foi dada, entrou em funcionamento em 7 de Janeiro de 1885, na sala de um edifício situado na Rua do Hospício.

Sendo finalidade destas escolas criar trabalhadores com formação técnica e profissional, em Caldas da Rainha foram implementados o curso de desenho elementar para alunos entre os 6 e 12 anos e o curso de desenho industrial para alunos com mais de 12 anos.

Mas o processo efectivo da ligação da indústria da cerâmica ao ensino data do ano 1887/88, através de um protocolo entre a Escola e a Fábrica de Faianças de Rafael Bordalo Pinheiro de que resulta a primeira experiência de ensino integrado - o Governo subsidiava a fábrica, competindo a esta ministrar o ensino da cerâmica aos alunos da escola, que, depois de uma aprendizagem de 6 meses, passariam a ser remunerados conforme as suas aptidões. Este protocolo permitiu que a percentagem de alunos inscritos na Escola subisse significativamente até 1891, ano de crise económica, em que é declarada falência da fábrica. Esse facto e a reorganização do ensino industrial, classificando as escolas em completas, incompletas e elementares, com a Escola a ser classificada na última categoria, teve consequências negativas ao nível das inscrições nos cursos ligados à cerâmica.

A implantação da República vai levar à criação em 1918 do Ministério da Instrução Pública que inicia uma reforma no ensino técnico. Daí resulta a transformação da Escola Rainha Dona Leonor em Escola de Artes e Ofícios e a criação , em 1919, de uma Aula Comercial (vocacionada para as áreas de comércio e contabilidade) que é, 3 anos depois, elevada a Escola Comercial. A junção das duas dá-se em 1924, com sede na Quinta do Lagarto, e sob a designação de Escola Industrial e Comercial Rafael Bordalo Pinheiro. Aí se ministram os cursos industriais de Cerâmica,

Electricidade, Carpintaria, Serralharia e, exclusivamente feminino, Costura e Bordados, assim como o Curso Comercial, integrando cerca de 250 alunos.
Nova reforma, em 1936, sob a égide do Estado Novo, substituindo o Ministério da Instrução Pública pelo Ministério da Educação Nacional. No ano lectivo de 1946/47, a escola era frequentada por 461 alunos, 323 no Curso Comercial e 138 nos Cursos Industriais.
Pires de Lima, Ministro da Educação Nacional, desenvolve, através da Lei 2025 de Junho de 1947, uma reforma do ensino técnico que vai reflectir-se, em 1948, na mudança de instalações da Escola, na mudança de nome (passa a ser Escola Industrial e Comercial das Caldas da Rainha) e na definição dos cursos (Cursos Gerais de Comércio, de Electricidade, de Serralharia e de Formação Feminina, a que se junta o Ciclo Preparatório para o Ensino Técnico). Os alunos dos Cursos Gerais saíam habilitados para o mercado de trabalho mas, através da frequência de uma Secção Preparatória, podiam aceder aos Institutos Industrial e Comercial, podendo depois completar a sua formação nas Faculdades de Engenharia ou no Instituto de Ciências Económicas e Financeiras.
A partir daí a frequência da escola foi aumentando, contabilizando em 1962/63 cerca de mil alunos, 60 professores e 14 funcionários. Esse crescimento exigiu novas e melhores instalações, inauguradas com pompa e circunstância em 26 de Outubro de 1964.
Na nova Escola ministravam-se os cursos de Montador Electricista, Ceramista, Serralheiro, Carpinteiro-Marceneiro, Formação Feminina, Geral do Comércio, em regime diurno e nocturno, o Ciclo Preparatório para o Ensino Técnico e, ainda, as Secções Preparatórias para os Institutos Comercial e Industrial.
Com a Reforma Veiga Simão em 1973, a Escola passa a ministrar os Cursos Gerais de Administração e Comércio, de Electricidade, de Mecânica, de Cerâmica, de Formação Feminina, assim como os cursos Complementares de Contabilidade e Administração, de Electrotecnia e de Mecanotecnia, mantendo-se o Ciclo Preparatório que passará para instalações próprias em 1979.
É nesse mesmo ano que a Escola retoma, por iniciativa do Dr. Calheiros Viegas, o nome do ilustre ceramista, assumindo a designação que ainda mantém de Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro.
Aconteceu entretanto o 25 de Abril de 1974 e o ensino continua a sofrer transformações: a unificação do ensino até ao 9.º ano de escolaridade, a avaliação contínua, o serviço cívico, o ano propedêutico, a introdução do 12.º ano (1980), a criação de «numerus clausus» para ingresso no Ensino Superior, a criação dos cursos Técnico-Profissionais e Profissionais (1983). A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, e a reforma operada por Roberto Carneiro (1989) vêm garantir a escolaridade mínima obrigatória de 9 anos, acentuando a massificação do ensino iniciada por Veiga Simão. A Escola passa a ministrar não só cursos de carácter técnico profissionalizante, mas também outros de carácter geral e de preparação para o ingresso no Ensino Superior, tendo aumentado significativamente o número de alunos na escola durante esses anos, assim como de professores e funcionários..."
"Acresce a isso o facto de o Ensino Recorrente Nocturno (3.º Ciclo e Secundário - embora também o 2.º Ciclo, afecto à Escola D. João II, seja ministrado em instalações da escola), a partir do ano lectivo 1999/2000, se ter concentrado na Escola, o que originou um aumento da população escolar no Regime Nocturno (passou de 176 para 360 alunos)."
in, Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência.

NB-Património Histórico, Grupo de Estudos.